04/1979

BOLETIM DA APUBH

ABRIL-79

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

EDITORIAL

Sendo este o primeiro Boletim elaborado pela atual gestão, julgamos necessário esclarecer as razões do seu atraso em relação à decisão inicial da Diretoria de publicá-lo de imediato, e aos próprios acontecimentos nos quais esteve envolvida.

Na verdade, logo após o 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários realizado em São Paulo, de 15/02 a 18/02, ao qual estiveram presentes quatro membros da Diretoria, foi esboçado o 1º Boletim que se pretendia lançar em princípios de março. Não obstante, algumas dificuldades de ordem administrativa decorrentes do processo de mudança e organização da nova sede, impediram-nos de finalizá-lo no tempo pretendido. Este atraso natural foi complicado, em seguida, pelos acontecimentos que tiveram início no dia 14 de março, em Belo Horizonte, com a prisão de sete pessoas, entre as quais uma professora do ICB e uma aluna da mesma unidade. Não terminam aí os fatos que consternaram a comunidade universitária. A seguir, teve início na PUC do Rio de Janeiro uma campanha de acusações de conteúdo altamente difamatório a professores do Departamento de Filosofia, entre os quais o nosso conhecido Padre Vaz.

O esboço do Boletim que praticamente se achava pronto foi relegado a segundo plano em virtude das medidas que o momento exigia que tomássemos.

Todavia, serenado o ambiente (o que não significa que os problemas tenham sido solucionados), voltamos a repensar os objetivos do Boletim, procurando, através dele, criar condições para que nós da Universidade, atingidos pelos acontecimentos, deles possamos extrair as lições adequadas, tanto no que se refere à força que têm por si mesmos, quanto à que chegam a adquirir em virtude da nossa inadvertência.

Como uma das formas possíveis de encaminhar uma discussão ampla e profícua sobre a situação da Universidade na conjuntura que se delineia, é que este Boletim deve ser acolhido. Para facilitar a participação de todos os professores no debate, inauguraremos no próximo número uma seção de "Cartas" para a qual pedimos sua colaboração.

1º ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

Foi realizado em São Paulo, entre 15/2 e 18/2 o 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, com a participação de mais de 30 entidades, estando a APUBH representada.

Quatro temas foram debatidos:

1. Democratização da Universidade e triagem ideológica, onde se fez um levantamento global das formas diversas em que se manifesta o controle ideológico na Universidade e propostas concretas para um processo de crescente democratização da Universidade. Neste sentido, é bom salientar que foi unânime a denúncia das formas sutis ou não de controle ideológico e se em alguns pontos houve propostas diferentes quanto ao processo de democratização, se sentiu um objetivo comum de alcançá-la.

2. Questões Trabalhistas - A grande dificuldade deste ítem foi a disparidade de situações mesmo nas Universidades Federais. O clima comum, porém, foi de repúdio às atuais condições de trabalho e salariais. O tempo reduzido fez com que fossem cortadas propostas divergentes, sendo que este tema deverá ser mais amadurecido neste semestre, para que se chegue à propostas comuns (além das estabelecidas) na reunião que se dará em Fortaleza, em julho, durante a realização do Encontro da S.B.P.C.

3. Sistema de Ensino e Reforma Universitária - Houve um debate preliminar do tema e nomeou-se uma comissão para fazer uma proposta de um balanço crítico da reforma e, possivelmente, com propostas alternativas. No Encontro da S.B.P.C. a Reforma será tema de mesa redonda.

4. O papel das Associações Docentes foi um dos temas mais polêmicos, já que há algumas propostas de uma coordenação nacional das Associações que precisa ser mais amadurecida também nas bases. As Associações de São Paulo ficaram na coordenação provisória.

A importância do Encontro pode ser avaliada não só pelo grande número de Associações, o que demonstra a força de aglutinação que vêm tendo os movimentos dos professores, mas, também pela troca de experiências e pelo debate exaustivo de questões essenciais para os docentes.

No sentido de criar um debate entre os associados em torno das questões discutidas, e preparando uma atuação mais ampla de nossa Associação na próxima reunião, apresentamos, abaixo, a carta final do Encontro acompanhada das recomendações para debate.

Seria importante que em cada unidade se desenvolvesse o debate destas questões, dando base aos núcleos por unidade, que é uma proposta de nossa carta programa.

CARTA DO ENCONTRO DE DOCENTES

A democratização da Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da Sociedade Nacional. Ela exige como condição para sua realização, a eliminação de todos os mecanismos repressivos que, enfeixados no estado autoritário implantado no país, após 1964, cerceiam a organização e a livre manifestação de amplos setores da Sociedade, inclusive da comunidade universitária.

Entretanto, ao nível específico das instituições universitárias, a crise institucional do sistema abre largas possibilidades, no sentido de contribuir para acelerar a sua superação, propiciando o exercício de uma prática democrática e a criação de relações livres e dinâmicas no interior da vida acadêmica e científica nacional.

É nesse contexto que a Reforma Universitária implantada, a partir de 1969, não atendeu às aspirações de democratização e mudanças do sistema educacional, que haviam inspirado o grande debate anterior.

A crítica mais contundente a essa Reforma, em termos gerais, é aquela que denuncia todo o processo como uma ação do Estado sobre a Universidade, procurando transformá-la em instrumento de reprodução da ideologia dominante e de formação de mão-de-obra adequada particularmente aos interesses restritos do capital monopolista. Embora, pertinente em suas linhas gerais, essa crítica, revela-se, insuficiente para dar conta da situação de crise em que se encontra o sistema universitário brasileiro. É necessário aprofundar o conhecimento das contradições de uma reforma, que procurou atender, simultaneamente, interesses divergentes de frações das classes dominantes e reivindicações de alguns setores médios urbanos, ignorando os interesses fundamentais da Sociedade.

A situação da crise em que nos encontramos aponta, claramente, para a necessidade de reformular as críticas parciais, através de uma análise do processo da reforma, dos seus mecanismos formais e informais, dos efeitos divergentes que produziu em diferentes regiões do país e nos diversos setores de ensino e pesquisa.

Sente-se hoje a necessidade de uma análise profunda da realidade universitária. Uma análise deste tipo, entretanto, implicando no reconhecimento dos interesses políticos e econômicos que devem ser atendidos pela Universidade, só pode ser efetuada através da abertura de amplo debate sobre o sistema educacional em seu conjunto, o que exige a conquista de um espaço democrático.

A convicção generalizada da existência de um impasse na conjuntura presente, demonstra a exaustão dos mecanismos autoritários de decisão que, ao asfixiarem a discussão sobre o sistema universitário brasileiro, impediram uma *praxis* verdadeiramente inovadora face aos interesses da nação.

continuação da carta.

O primeiro passo para a retomada efetiva do debate e da ação consiste na denúncia dos dispositivos autoritários, que condicionaram a implantação da reforma, cabendo assinalar, que até mesmo aqueles objetivos tidos como democráticos pelo próprio ideário da Reforma jamais foram efetivados.

Esse autoritarismo se concretizou através dos mecanismos de centralização do poder, de instrumentos de cooptação, de burocratização do processo decisório e da hipertrofia dos órgãos executivos.

Isto aconteceu não só ao nível da relação entre Estado e Universidade, mas se reproduziu internamente no plano da organização das próprias universidades.

O controle do sistema foi ainda reforçado pela implantação de um poder paralelo, ilegítimo exercido pelos órgãos de segurança e informação que se instituíram como instâncias espúrias de decisão.

O segundo passo deve levar ao reconhecimento da complexidade e diversidade da estrutura acadêmica que exige uma avaliação exaustiva e constante. Este trabalho deve reconhecer os problemas decorrentes da ampliação da rede de ensino que, ao lado da criação de restritos centros de excelência, promoveu a proliferação da faculdade e universidade onde são evidentes as imensas deficiências na administração do ensino e do desenvolvimento da pesquisa. Mais grave é o problema no âmbito do ensino privado, onde empresas de ensino com objetivos lucrativos não têm interesse em promover uma formação acadêmica adequada.

Dentro deste quadro, é particularmente importante assinalar os entraves burocráticos ao avanço da pesquisa e o divórcio entre a formulação de uma política científica e as instituições universitárias.

Por outro lado, as novas relações de trabalho engendradas pela política educacional do Regime, acabaram por conduzir à instabilidade funcional, às sobrecargas de trabalho impostas à maioria dos docentes e ao paralelo arrocho salarial, o que impossibilita a produção qualificada do ensino e da pesquisa.

O melancólico perfil que se desenha é o de uma Universidade marginalizada, incapaz tanto de decidir sobre seu próprio destino quanto de influir nos destinos da nação.

Não se pode conceber que a alteração de todo esse sistema possa ser estabelecida através da formulação de um simples projeto de reforma, concebido por grupos restritos de especialistas. A verdadeira Reforma só pode ser vista como um processo de discussão e experimentação, que se dará simultaneamente por meio de lutas, pela conquista de espaços democráticos e através da participação crescente dos docentes, alunos e funcionários nos órgãos decisórios da Universidade, assim como pela destruição dos mecanismos internos e externos de repressão política.

No âmbito do presente processo de reorganização da sociedade

continuação da carta.

civil nos seus vários setores, o surgimento e ressurgimento das Associações de Docentes inaugura uma nova etapa no desenvolvimento da vida universitária brasileira. O estreitamento das relações das Associações de Docentes Universitários com todas as forças políticas nacionais empenhadas na superação da situação conservadora é que poderá fazer florecer os princípios democráticos almejados.

São Paulo, 18/02/1979.

PROFESSORES COLABORADORES: UMA VITÓRIA PARCIAL

A categoria de Professor Colaborador foi regulamentada pela lei 6182 de 11/12/1974 para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica.

Até o final de 1978 estavam contratados, nesta categoria, 888 professores da UFMG, o que corresponde a 1/3 dos docentes da Universidade. Na realidade, os atuais contratados como colaboradores não são eventuais, mas atendem a necessidades permanentes da Universidade tais como: novos cursos na Graduação e Pós-Graduação e ampliação de cursos já existentes. Quanto a este aspecto, num levantamento feito em diversos departamentos, encontramos colaboradores contratados há 6, 7 e 8 semestres.

Isto decorre da política geral para a educação no país, que se reflete na Universidade, entre outros aspectos, pela diminuição de verbas e pelo controle e congelamento das vagas do quadro permanente pelo DASP. Neste sentido, o problema do colaborador é comum a todas as Universidades Federais em situações as mais aberrantes, o que deu base a que sejam chamados de "boias-frias do ensino". No recente encontro de Associações de Docentes Universitários o problema foi exaustivamente tratado e repudiada, por todas as Associações, a contratação, como colaboradores, de docentes que na realidade não se enquadram no que determina a lei.

1. Das desvantagens de ser colaborador

a)- Atualmente na UFMG os colaboradores recebem remuneração menor que a dos membros do quadro mesmo estando em igual regime de trabalho e com igual titulação.

b)- Os colaboradores têm um nível de insegurança grande na medida em que seus contratos são por tempo determinado, bastando, portanto, não terem renovados os seus contratos, para deixarem de ser docentes.

c)- Em vários departamentos tem sido negada a sua participação nas decisões e nos órgãos colegiados.

d)- Quando pedem licença pa-

continuação

ra fazer cursos de pós-graduação têm o pedido negado pelo MEC sob a alegação de serem eventuais.

2. UM BALANÇO DA LUTA DOS PROFESSORES COLABORADORES NA UFMG

A partir do 2º semestre de 1978 a APUBH iniciou um processo de crítica e mobilização dos professores frente a esta absurda situação. Isto porque, até aquela época, os colaboradores eram contratados a nível de auxiliar, assistente ou adjunto, sem diferença salarial. São fixados através desta resolução novos níveis salariais para os colaboradores que já não correspondem aos salários dos professores do grupo de magistério. Criaram-se 4 níveis e regulamentou-se a figura do horista com carga de 4 a 10 horas de trabalho.

Definiu-se ainda o Conselho de Ensino e Pesquisa (C.E.P.) como contrário aos impecilhos criados pelo MEC à licença de professores colaboradores para cursos de pós-graduação.

Após esta decisão do CEP os colaboradores reuniram-se novamente, elegeram uma coordenação provisória para centralizar as informações e fazer levantamento em cada departamento do número de colaboradores, titulação, ocupação em cargos administrativos, tempo de contratação, etc. Este levantamento, quase completo, já mostra que além dos colaboradores serem em grande número, muitos foram contratados há 8 meses.

Em janeiro de 1979 em função de uma reunião do Conselho Universitário marcada para 15 de fevereiro, para votar emendas aos ordenamentos básicos da UFMG, referente aos docentes, houve uma preocupação com a situação da "categoria" do professor colaborador. Feitas duas reuniões, foram elaboradas emendas que, se não solucionavam os problemas, evitavam novos. Apesar de terem sido entregues à Comissão Especial do C.U., não foram apresentadas ao Conselho sob duas absurdas alegações:

a)- Não foram apresentadas por um membro do Conselho

b)- Não foram pertinentes.

Esta atitude mereceu protestos não só dos Colaboradores mas dos membros do quadro permanente que tomaram conhecimento dela.

Além disso, quatro professores Colaboradores da FAFICH/UFMG entraram, no fim do semestre passado, com ofício fundamentado pela legislação trabalhista, protestando contra a não concessão de equiparação salarial a que tinham direito e conseguiram parecer favorável da procuradoria da UFMG.

Até o momento em que escrevemos (ou seja no contra-cheque de março) não receberam a equiparação, mas esta já lhes foi prometida.

ÚLTIMA DOS COLABORADORES: URGENTE

Acabamos de tomar conhecimento da Portaria nº 752 de 14 de março de 1979. É necessário que se faça uma leitura apurada do texto, mas de início é bom dizer que uma vitória já conseguimos: a equiparação salarial. Há problemas quanto a outros pontos como: possibilidade de contratação de horistas e a não inclusão de representantes nos órgãos colegiados. Além do mais, não há notícia sobre concursos para o quadro permanente.

No menor tempo possível faremos cópias da Portaria para enviá-la a todos os colaboradores, convocando-os para uma reunião na qual estudaremos como adaptar a situação dos colaboradores às novas determinações e como prosseguir na luta pelas outras reivindicações.

NOTAS

QUE ABERTURA É ESTA ?

Três fatos podem ser tema de nossas reflexões:

A. a prisão de sete pessoas, em Belo Horizonte (inclusive nossa colega e associada Zilda Engrácia, do ICB), sob a alegação de tentarem organizar um partido ilegal.

B. a dura repressão à greve dos metalúrgicos de São Paulo culminando com a intervenção nos sindicatos do ABC, sob a alegação de ilegalidade da greve.

C. a resposta violenta ao projeto do MDB de Anistia ampla, geral e irrestrita, sob a alegação de que muda as regras do jogo.

Se as regras do jogo tornam ilegais as tentativas de tornar este país uma democracia, como chegar a ela sem mudar as regras do jogo? Parodiando Francelino Pereira perguntaríamos: que abertura é esta?

O "CASO" DA PUC

A simples troca de um texto de Miguel Reale por outro de Popper, feita através de eleição democrática, pelo Departamento de Filosofia da PUC, deu base a violenta polêmica divulgada pelos jornais. O conteúdo das acusações baseava-se na denúncia de "terrorismo cultural" ao chefe do Departamento e também ao conhecido e ilustre professor da UFMG, Padre Vaz.

Nessa ocasião, a Diretoria da APUBH manifestou solidariedade aos colegas do Rio de Janeiro através da seguinte nota:

TERRORISMO CULTURAL A PROPÓSITO DE "TERRORISMO CULTURAL"

Nos últimos dias a imprensa dos grandes centros brasileiros, através de editoriais, artigos e entrevistas, tem debatido o problema da liberdade acadêmica ou o perigo do terrorismo cultural, servindo-se de um episódio ocorrido no Departamento de Filosofia da PUC e amplamente explorado.

continuação

O episódio em questão acha-se suficientemente esclarecido pelas notas da Associação de Docentes da PUC/RJ e pelo Departamento de Filosofia da mesma Universidade.

O Departamento de Filosofia da UFMG externa sua preocupação e seu protesto com relação à exploração tendenciosa do episódio, procurando confundir a opinião pública a pretexto de defender a liberdade acadêmica.

O Departamento não concorda em que se lance mão de tais métodos de pressão e intimidação - estes, sim, modos de engajamento no terrorismo cultural - para obstar as perspectivas de abertura e retomada da liberdade na Universidade brasileira.

Nesta oportunidade, o Departamento de Filosofia da UFMG se solidariza com o Departamento de Filosofia da PUC, vítima de práticas obscurantistas bem conhecidas e de triste memória. Esta solidariedade se justifica, tanto mais quanto nessas acusações foi injusta e levianamente envolvido o Professor Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, pertencente ao corpo docente deste Departamento, e credor de nosso apreço, confiança e estima.

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 21 de março de 1979. (Documento aprovado por unanimidade em Assembléia efetuada nessa data).

ANUIDADE

A Diretoria proporá na próxima assembléia ordinária, a ser convocada, uma anuidade de Cr$ 400,00 em duas prestações. Gostaríamos que os associados já discutissem a idéia e apresentassem sugestões.

ÚLTIMA HORA

A APUBH acaba de receber o seguinte telegrama da ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo):

"Solicitamos seu apoio e divulgação imediata do movimento grevista de docentes e funcionários da USP, cuja paralização é total. O movimento está integrado à campanha salarial unificada do funcionalismo público estadual de São Paulo. Nossa reivindicação salarial de setenta por cento mais dois mil visa impedir a deterioração do padrão de vida dos que trabalham na Universidade e a decadência do ensino e pesquisa nas suas unidades. Segue material informativo".

Respondemos ao telegrama manifestando aos colegas paulistas nossa integral solidariedade. Acreditamos, porém, que o melhor apoio que podemos dar a movimentos dessa natureza é começarmos nós mesmos nossa própria arregimentação para obtermos salários mais justos, que não aviltem nossa profissão e possibilitem continuarmos nossas atividades de ensino e pesquisa.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

Presidente: Edgar Pontes de Magalhães (FAFICH)
1º Vice-Presidente: Carlos Afonso Rego (ICEX)
2º Vice-Presidente: Roberto Assis Ferreira (MEDICINA)
Secretária: Maria Aurora de Meireles Rabelo (FAFICH)
2º Secretário: Thomaz Haroldo da Mota Santos (ICB)
Tesoureiro: José Renato Campos do Amaral (FAFICH)
2º Tesoureiro: Cássio Rogério Ramos (FACE)
1º Suplente: Eduardo Osório Cisalpino (ICB)